

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	6
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	27
10.8 - Plano de Negócios	28
10.9 - Outros fatores com influência relevante	30

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a) **se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política**

Considerando a sua característica de holding, a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

- b) **os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

Não se aplica.

- c) **a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política**

Considerando a sua característica de holding, a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

Não se aplica.

- c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Considerando a sua característica de holding, a Companhia não adota uma política formal de prática de controles internos.

- b) as estruturas organizacionais envolvidas**

Não se aplica.

- c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Não se aplica.

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O auditor independente não apontou deficiências ou recomendações.

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

O auditor independente não apontou medidas corretivas a serem adotadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Considerando a sua característica de holding e o fato de não possuir funcionários, a Companhia não adota regras formais voltadas às práticas em questão.

- ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Não se aplica.

- iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
- ☐ se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
 - ☐ se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;
 - ☐ as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;
 - ☐ órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Não se aplica.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- ☐ se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros ;
- ☐ se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;
- ☐ se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;
- ☐ órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.

Considerando a sua característica de holding e o fato de não possuir funcionários, a Companhia não adota canal de denúncia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- c) se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia não possui procedimento formal para processos de fusão, aquisição e de reestruturações societárias.

- d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

A Companhia não adota regras formais voltadas às práticas em questão dado a sua característica de holding e o fato de não possuir funcionários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como em suas práticas de gerenciamento dos mesmos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Companhia julga não haver outras informações relevantes acerca de gerenciamento de riscos e controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, dos exercícios findos em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017. Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a controladora GPC Participações, em conjunto com suas controladas GPC Química e Apolo Tubos ("Recuperandas"), ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos, revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o PRJ e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. nos autos do respectivo processo judicial (processo n.º 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 7 de janeiro de 2014.

Em 5 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), a prorrogação por 6 (seis) meses do prazo originalmente previsto no PRJ, para a alienação da "UPI Terreno Benfica".

Em 14 de julho de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a suspensão da AGC pelo prazo de 60 (sessenta) dias para que fossem negociadas e apresentadas alternativas de liquidez para a alienação da UPI Terreno de Benfica, as quais deverão ser informadas aos credores no prazo de 30 (trinta) dias.

Em AGC realizada em 19 de outubro de 2016, foi aprovado pela maioria dos credores o aditivo ao PRJ.

Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao PRJ pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais deliberações dos credores para a liquidação da dividas concursais foram:

Classe I – Pagamento em 12 (doze) parcelas mensais fixas, até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos.

Classe II – 2 (duas) opções de pagamento, sendo:

Opção A – Pagamento de 40% (quarenta por cento) do crédito listado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais acrescidas de juros calculados no valor de 100% do CDI.

Opção B – Pagamento da integralidade do valor listado em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas pelas variações da TR acrescida de juros de 1% a.a (um por cento ao ano).

Credor Garantidor – Para o Credor Garantidor será paga parcela inicial de 30% (trinta por cento) do crédito listado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais corrigidas pela variação cambial. No caso de venda do terreno de Benfica, o valor apurado será revertido para pagamento do saldo do crédito do Credor Garantidor e, após a quitação, o saldo da venda será revertido para o caixa da Companhia. No caso de não se obter sucesso na venda nos primeiros 36 (trinta e seis) meses, o Credor Garantidor poderá demandar que as Recuperandas efetuem o pagamento do saldo remanescente do crédito em 36 (trinta e seis) parcelas mensais.

Classe III – 3 (três) opções de pagamento, sendo:

Opção A – Conversão da dívida em ações preferenciais a serem emitidas pela GPC Participações S.A.

Opção B – Pagamento do Crédito listado em 360 (trezentas e sessenta) parcelas mensais corrigidas pelo INPC.

Opção C – Pagamento de 50% (cinquenta por cento) do crédito listado em 120 (cento e vinte) parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 1,5% a.a. (um vírgula cinco por cento ao ano) (somente para instituições financeiras).

Foi aprovado também o prazo de 10 (dez) meses para o encerramento da Recuperação Judicial a partir da data da homologação.

Em dezembro de 2019, o Administrador Judicial apresentou relatório pugnando pelo encerramento da Recuperação Judicial. O Ministério Público também emitiu parecer favorável ao encerramento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dessa forma, é certo que o encerramento da Recuperação Judicial não encontra mais óbices e depende tão somente de decisão judicial, diante das manifestações favoráveis do Ministério Público e do Administrador Judicial.

Adicionalmente, a Companhia vem demonstrando sólida recuperação de sua geração de caixa operacional vis-à-vis o seu endividamento, conforme exposto abaixo.

Indicadores (R\$ mil)	2019	2018	2017
EBITDA Ajustado	80.700	70.828	34.879
Dívida Bancária	186.704	187.069	131.801
Dívida Bancária / EBITDA	2,31	2,64	3,78

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia atua em constante exercício de otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de minimizar seus custos financeiros e maximizar o retorno dos acionistas.

Dessa forma, para cumprimento do aditivo ao PRJ aprovado em outubro de 2016, a Companhia realizou em 15 de fevereiro de 2017 uma Assembleia Geral Extraordinária na qual foi aprovada, por unanimidade, a proposta de aumento do capital social da Companhia em R\$55.432.415,22 com a emissão de 384.787 ações preferenciais, pelo preço de R\$144,06 por ação.

O valor do aumento de capital refere-se aos créditos que os credores da Classe III detêm contra a Companhia e suas controladas, GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., e que optaram pela conversão de seu crédito em ações preferenciais da Companhia.

Conforme exposto abaixo, a estrutura de capital da Companhia apresentou baixa volatilidade de 2017 para 2019, tendo a razão entre Empréstimos e Financiamentos e Patrimônio Líquido da Companhia sido mantida em coeficiente inferior a 1 nos últimos três anos.

Indicadores (R\$ mil)	2019	2018	2017
Patrimônio líquido	200.719	187.645	182.770
Empréstimos e financiamentos	186.704	187.069	131.801

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos / Patrimônio líquido	0,930	0,997	0,721
---	-------	-------	-------

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos

O aditamento ao PRJ estabeleceu uma solução mista para o pagamento dos credores, aliando o alongamento do prazo de alguns credores e a conversão de dívida em ações para outros. Os recursos provenientes da venda do terreno de Benfica serão utilizados para pagamento do saldo do Credor Garantidor.

Além disso, várias outras ações foram implementadas para garantir uma estrutura econômico-financeira equilibrada como: (i) unificação das estruturas administrativas das controladas para promover a redução de custos e aumento da sinergia entre as empresas da Companhia; (ii) adesão a parcelamentos especiais de impostos do Governo Federal (Refis da Crise, Refis da Copa, PRT, PERT), alongando o pagamento de débitos tributários em até 180 (cento e oitenta) meses, com substanciais reduções de multas, juros e encargos legais, inclusive com a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação, o que gerou expressiva economia fiscal.

Tais medidas possibilitaram sensível melhora no Índice de Liquidez Geral da Companhia, conforme exposto abaixo.

Indicadores (R\$ mil)	2019	2018	2017
Ativo Circulante + Ativo Não Circulante (a) *	357.712	352.251	315.066
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (b)	613.510	649.562	615.876
Índice de Liquidez Geral (a / b)	0,58	0,54	0,51

* Desconsiderando-se a rubrica de bens destinados a venda de 2017, reclassificado a partir de 2018.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia acredita que, com a melhoria de seus indicadores operacionais, e ao sair do status de empresa em recuperação judicial, poderá melhorar sua situação de crédito, seja diante de instituições financeiras, seja com fornecedores, ou seja na geração de recursos próprios para financiamento de capital de giro.

Outros recursos também são vislumbrados pela Companhia como venda de ativos e precatórios.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Contratos de empréstimos e financiamentos

Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras de 2017, 2018 e 2019, em outubro de 2016 foi aprovado o aditivo ao PRJ. O pagamento aos credores seguirá conforme as alternativas previstas e com as opções escolhidas pelos credores.

Em 31 de dezembro dos exercícios citados, o saldo consolidado em moeda nacional por categoria estava composto conforme a tabela a seguir.

Em moeda nacional (concursais)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Classe II - Opção A	0	6.904	13.438
Classe II - Opção B	26.980	30.500	30.579
Classe III - Opção B	33.420	33.469	33.460
Classe III - Opção C	1.771	1.997	2.217
Apoiadores	136	1.087	5.002
Total	62.307	73.957	84.696
Em moeda nacional (extraconcursais)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Total	86.585	48.489	18.749
Antecipação de Recebíveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Total	28.679	33.706	0
Total Curto Prazo + Longo Prazo	177.571	156.152	103.445

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme exposto através do quadro acima, a redução do endividamento concursal nos últimos anos decorreu do reconhecimento contábil das diretrizes aprovadas no Plano de Recuperação Judicial e das amortizações.

Empréstimos em Moeda Estrangeira

Em 31 de dezembro dos exercícios citados, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

Em moeda estrangeira (concursais)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Credor Garantidor	9.134	30.917	28.356
Total	9.134	30.917	28.356

International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9.2 milhões. Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, o terreno da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Conforme Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o Credor Garantidor, terá o pagamento conforme descrito na Nota 1 – Recuperação Judicial das demonstrações financeiras de 2019.

No 1º semestre de 2019, a controlada GPC Química vendeu parte das áreas 1, 3 e 7 e amortizou parcela da dívida junto ao IFC, no montante de R\$ 19.891 mil, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de financiamento com o IFC estava composto como segue:

GPC Participações	
Saldo em 31/12/2018	30.917
Pagamentos	(22.287)
Variação Cambial	504
Saldo em 31/12/2019	9.134

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Com a saída da Companhia da recuperação judicial, acredita-se que tanto o custo de novos financiamentos, quanto os limites oferecidos, poderão apresentar melhora.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação das principais contas das demonstrações financeiras

Principais Variações do Ativo:**1. Impostos a Recuperar**

A partir do 2º semestre de 2019, a controlada GPC Química passou a recuperar os impostos incidentes sobre a aquisição de máquinas e equipamentos.

2. Bens destinados à venda

Em março de 2019, foi desapropriada parte da área 3, com o recebimento do valor de R\$ 6.458 mil.

Em junho de 2019, foi vendida parte da área 1, no valor de R\$ 21.000 mil.

Conforme determinado no Plano de Recuperação Judicial, os valores apurados na venda do terreno foram utilizados para o pagamento de parcelas do empréstimo junto ao IFC.

3. Estoques

Aumento da conta de Estoque decorrente do incremento da atividade operacional.

4. Propriedades para investimento

Terreno de propriedade da controlada GPC Química, localizado na Av. Brasil, 3.666, Benfica, Rio de Janeiro/RJ. Em dezembro de 2019, foi emitido laudo com valor de mercado do terreno, e o saldo foi ajustado para refletir o valor de mercado.

5. Investimentos

Aumento do valor de participação na coligada Metanor por conta de resultado de Equivalência Patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Principais Variações do Passivo:****1. Passivos de arrendamentos**

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do IFRS / 16 CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, nova norma que determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data de transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil.

A administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre seus empréstimos.

2. Empréstimos e financiamentos

Aumento do saldo dos empréstimos extraconcursais por conta de aumento da necessidade de capital de giro, decorrente do incremento da atividade operacional.

3. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar / recuperar impostos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso.

4. Impostos e taxas a recolher - parcelados

Redução do saldo impostos e taxas a recolher – parcelados por conta das amortizações realizadas e influenciado pela redução da taxa SELIC.

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia constituiu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a reavaliação do valor patrimonial de Propriedades para investimento, bem como passou a adotar a constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre Provisão para Devedores Duvidosos e Provisão para Contingências.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Principais Variações no Resultado:****1. Vendas líquidas e Lucro bruto**

Aumento das Vendas líquidas decorrente do incremento da atividade operacional.

2. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras despesas operacionais proveniente de ajuste a valor de mercado de terreno de propriedade da controlada GPC Química, localizado na Av. Brasil, 3.666, Benfica, Rio de Janeiro/RJ, no valor de R\$ 20.708 mil.

3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia constituiu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a reavaliação do valor patrimonial de Propriedades para investimento, bem como passou a adotar a constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre Provisão para Devedores Duvidosos e Provisão para Contingências.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, dos exercícios findos em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017. Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma. Vale ressaltar que as operações da Companhia estão concentradas em suas Controladas, conforme segue abaixo.

Apesar do otimismo inicial, o ano de 2019 apresentou baixo crescimento, por influência das incertezas globais advindas da guerra comercial entre Estados Unidos e China e das crises políticas no ambiente interno, não obstante a expressiva queda da taxa básica de juros. Importante destacar a aprovação da Reforma da Previdência e seus reflexos positivos para a economia brasileira e indicadores de confiança.

Com relação às investidas da Companhia:

A GPC Química, que produz formol e resinas termofixas para os mercados de painéis de madeira, químicos e aplicações especiais, continua implementando o seu plano de expansão através de investimentos no município de Araucária, Paraná. Após concluir o investimento em reator de resinas em 2018, avançou na implantação de nova planta de formol, cujo início de operação ocorreu em fevereiro de 2020. Além disso, segue em seu programa de venda de ativos não operacionais, com a alienação de parte do terreno de Benfica, Rio de Janeiro.

O negócio de Aço, representado pela Apolo Tubos e Apolo Tubulars, seguiu em sua busca por sinergia, fortalecendo seu posicionamento junto a clientes e fornecedores por complementação de portfólio e otimização de sua estrutura de produção e vendas.

A política protecionista norte-americana, através da seção 232 publicada em 2018, continuou afetando negativamente as perspectivas de crescimento das exportações de tubos, levando a Companhia a intensificar a busca de novos mercados.

Com a apresentação do relatório final do Administrador Judicial pugnando pelo encerramento da Recuperação Judicial e o parecer favorável do Ministério Público, a Administração aguarda seu encerramento.

SEGMENTO DE TUBOS DE AÇO

A produção acumulada de aço bruto no país em 2019 totalizou 32,2 milhões de toneladas, queda de 7,8% em comparação a 2018. Já a produção de laminados somou 22,2 milhões de toneladas em 2019, representando uma queda de 4,1% em relação ao ano anterior. Fonte: www.açobrasil.org.br

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em abril de 2019, os aço planos foram reajustados em torno de 10%, justificado pela alta dos insumos, principalmente minério de ferro e carvão. No segundo semestre de 2019, as usinas nacionais recuaram os preços dos produtos siderúrgicos, na ordem de 12%, em virtude principalmente da queda na demanda nacional. Fonte: <https://www.noticiasdemineraçao.com>

O segmento da construção civil registrou lenta recuperação em 2019, crescimento de 1,6% segundo o IBGE, e afetou diretamente esse nicho de mercado da Apolo Tubos.

O mercado de tubos de aço soldado no Brasil, segundo a ABITAM, permaneceu estável.

O mercado de Óleo e Gás Onshore, principal segmento de atuação da Apolo Tubulars, vem sendo influenciado pelo programa de desinvestimento da Petrobras, que contempla os campos terrestres, e pelo leilão de ofertas permanentes da ANP. Neste contexto, as operadoras independentes passam a ter maior destaque para atuarem na revitalização e desenvolvimento de campos maduros, principalmente no nordeste brasileiro.

Nas exportações para os Estados Unidos, o mercado de aço segue impactado pela aplicação das tarifas e cotas de importações existentes na Seção 232 do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, com reflexo nas exportações da Apolo Tubulars para este destino. Além disso, a baixa do preço do petróleo no mercado internacional impactou as atividades deste setor.

Desempenho Operacional da Apolo Tubos e Equipamentos e da Apolo Tubulars

O volume de produção de tubos de aço na Apolo Tubos em 2019 foi de 32.845 t, inferior ao de 2018 em 8,7%. Já a produção de tubos de aço na Apolo Tubulars em 2019 ficou em 25.512 t, superior em 11,8% ao de 2018.

A Apolo Tubos vendeu 33.827 toneladas em 2019, 1% acima do volume vendido em 2018. A Apolo Tubulars vendeu 25.015 toneladas em 2019, 10,5% acima do volume vendido em 2018. Após consolidação, o volume vendido em 2019 foi de 58.343 toneladas, 4% acima das vendas de 2018.

A receita líquida da Apolo Tubos foi de R\$ 127,8 milhões em 2019, 0,3% inferior à de 2018, de R\$ 128,2 milhões. A receita líquida da Apolo Tubulars foi de R\$ 155,5 milhões em 2019, 5,4% superior à de 2018, de R\$ 147,5 milhões. Após consolidação, a receita líquida de 2019 ficou em R\$ 281,7 milhões, 2,2% superior à de 2018, de R\$ 275,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O EBITDA da Apolo Tubos foi de R\$ 0,6 milhões em 2019, contra R\$ 4,1 milhões em 2018, com influência da lenta retomada do setor de construção civil, que impactou em volumes e margens.

O EBITDA da Apolo Tubulars foi de R\$ 17,2 milhões em 2019, contra R\$ 20,0 milhões em 2018, consequência de compressão de preços e de mix de vendas. Após consolidação, o EBITDA final de 2019 foi de R\$ 17,8 milhões, contra R\$ 24,0 milhões em 2018.

O resultado líquido da Apolo Tubos foi de um prejuízo de R\$ 13 milhões em 2019, frente ao resultado de 2018 de prejuízo de R\$ 1,4 milhão.

SEGMENTO QUÍMICO

Em 2019, as vendas domésticas de painéis de madeira particulada reduziram-se 3,0%, para 6,7 milhões de metros cúbicos. Além disso, tendo a América Latina e a América do Norte como principais destinos, as exportações sofreram retração de 16,1% no ano passado, para 1,0 milhão de metros cúbicos.

O segmento de painéis de compensados fenólicos também sofreu redução no mercado externo, principal destino na produção brasileira deste produto. Em 2019, houve redução de 9,2% de vendas nos painéis fenólicos destinados à exportação em comparação com 2018, representando uma queda de 30% na receita de exportação, que atingiu o valor FOB de US\$ 490 milhões. Fonte: ABIMCI e MDIC.

DESEMPENHO OPERACIONAL DA GPC QUÍMICA

O negócio da GPC Química engloba a produção e venda de resinas e formol. A produção de resinas em 2019 apresentou crescimento de 11,1% em relação a 2018. Já a produção de formol aumentou 2,0%.

O volume de vendas da unidade de resinas em 2019 foi de 348.846 t contra 321.629 t em 2018, crescimento de 8,5%.

A receita líquida da GPC Química aumentou 12,3% em 2019, tendo atingido R\$ 516,0 milhões contra R\$ 459,5 milhões em 2018.

O EBITDA subiu de R\$ 46,3 milhões em 2018 para R\$ 65,8 milhões em 2019, representando um aumento de 42,2%, impulsionado pelo aumento de vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O lucro líquido de 2019 de R\$ 30,4 milhões foi superior em 106,5% em relação ao de 2018, de R\$ 14,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não ocorreu e não existe previsão de ocorrência de introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societárias

Em 22 de dezembro de 2017, foi concluída a operação de aquisição das ações de emissão da Apolo Tubulars S.A. pertencentes à Lone Star Brazil Holdings 2 Ltda., pela própria Apolo Tubulars S.A., com o cumprimento de todas as condições precedentes à conclusão da referida operação. A partir da data mencionada, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. – em recuperação judicial, controlada da GPC Participações S.A., passa a deter 100% do capital social da Apolo Tubulars S.A.

c) Eventos e operações não usuais

	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício antes das participações minoritárias	22.089	7.557	114.455
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.069)	13.280	(40.056)
(+) Despesas Financeiras	41.071	35.971	46.161
(-) Receitas Financeiras	(8.400)	(6.490)	(13.581)
(+) Depreciações e Amortizações	19.150	14.896	11.895
LAJIDA / EBITDA - CVM 527/12	68.841	65.214	118.874
(-) Equivalência Patrimonial	(8.164)	(644)	(7.123)
<u>Outras Receitas/Despesas não recorrentes</u>			
(+) Multa sobre impostos	-	136	1.900
(-) Programas de parcelamentos	-	(683)	(7.960)
(+) Baixa Contas Patrimoniais	-	-	970
(-) Ajuste Líquido IPI não creditado	-	-	(259)
(-) Ganho Precatório	-	-	(772)
(+) Ajuste Propriedade para Investimentos	20.708	-	-
(+) Honorários Plano Recuperação Judicial	7.218	798	1.325
(+) Multa Transf. Propriedade (Benfica)	-	-	169
(+) Diferença precatório (Mc Kinley)	-	-	176
(+) Provisão Perda de Ativos	2.623	-	-
(-) Ajuste REFIS IV	(8.974)	-	-
(+) Pis e Cofins s/ JSCP	-	-	555
(-) Compra vantajosa pela Apolo Tubos ref a Apolo Tubulars	-	-	(73.049)
(+) Líquido ajuste Guaxupé e Parcelamentos	-	901	-
(+) Processo Judicial	-	680	-
(+) Baixa Projeto Investimento	-	2.994	-
(+) Ganho êxito Parcelamentos	3.196	-	-
(-) Ressarcimento de impostos pela RFB	(5.204)	-	-
(+) Outros Ajustes	456	1.432	74
LAJIDA (EBITDA) - Gerencial	80.700	70.828	34.879
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	8,63%	9,63%	7,21%

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Conforme quadro acima, destacamos o ganho pela adesão aos programas de parcelamentos, o ganho na compra vantajosa de recompra de ações, o ajuste em Propriedade para Investimentos, a provisão de honorários relativos ao Plano de Recuperação Judicial, o ganho com ajuste do REFIS IV e o ressarcimento de impostos pela RFB.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 12 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas Informações anuais, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

IFRS 16 - Leases (Operações de Arrendamento Mercantil)

De acordo com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

O impacto no grupo foi o registro de um compromisso de R\$ 7.456 mil com arrendamento mercantil operacional cujo contrato se encerra em dezembro/2021, sendo R\$ 7.202 mil na Controlada Apolo Tubos e R\$254 mil, na Apolo Tubulars.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma estão demonstrados na nota 11 das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela adoção das novas normas e concluiu que suas adoções não trouxeram impactos significativos para a Companhia além dos evidenciados no item anterior.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**Incerteza relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a GPC Participações S.A. em conjunto com suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos S.A. protocolou, em abril de 2013, pedido de recuperação judicial na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, sendo o pedido deferido em 27 de maio de 2013 e homologado em 11 de dezembro de 2013. O plano de recuperação judicial foi aditado por duas vezes, tendo a última prorrogação ocorrido em 18 de novembro de 2016, quando foi aprovada a não obrigatoriedade de alienação do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ (“UPI Terreno Benfica”) (Notas 8 e 9.3).

A Nota 1 às demonstrações contábeis menciona também as ações que vêm sendo tomadas pela Administração da Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento do plano de recuperação judicial.

A recuperação judicial indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Parágrafo de ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado em Nota 17 às demonstrações contábeis, a Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, o desempenho individual de suas operações e a sua posição patrimonial e financeira poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de março de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Em 31/12/2019, a controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. possuía R\$ 22.105 mil de saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido diferidos não evidenciados em seu ativo nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

O saldo a constituir não evidenciado nas demonstrações financeiras da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. é referente a créditos de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social, relativo aos exercícios de 2016 a 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A administração optou por não divulgar o Plano de Negócios da Companhia na sua íntegra, a fim de salvaguardar suas estratégias de negócios, apenas especificando a seguir os investimentos aprovados para o período 2020.

a) Investimentos

Foi apresentado ao Conselho de Administração da GPC Química, no âmbito do orçamento, os investimentos previstos, conforme quadro abaixo:

INVESTIMENTO	2020
Expansão de Capacidade Produtiva	R\$ 15,3M
Incinerador Catalítico	R\$ 10,0M
Projeto SSMA	R\$ 0,3M
Outros Investimentos	R\$ 9,6M
TOTAL	R\$ 35,2M

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Expansão de Capacidade Produtiva – ampliação de capacidade de produção de formol e resinas.

Incinerador Catalítico – investimento previsto para atender exigência ambiental.

Projetos SSMA – investimento em saúde, segurança e meio ambiente.

Outros Investimentos – demais investimentos aprovados pelo conselho da GPC Química.

ii) Fontes de Investimentos

A empresa pretende realizar seus investimentos com recursos advindos de sua operação e, possivelmente, de recursos de terceiros.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A companhia permanece em seu processo de desinvestimento dos ativos da unidade descontinuada de metanol em Benfica, RJ.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos

A administração informa que analisa a possível expansão da capacidade produtiva para atender futuras necessidades de mercado.

c) Novos produtos e serviços

A administração informa não haver planos de investimentos em novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores com influência relevante já foram comentados nos demais itens desta seção.